

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.472 - SP (2019/0065011-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) -
SP169709
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895
AGRAVADO : MARIA REGINA VEIGA DA COSTA GUEDES
ADVOGADO : WANDERLEY DE OLIVEIRA TEDESCHI E OUTRO(S) -
SP110248

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto em face de acórdão, assim ementado:

Previdência privada. Ação de revisão de suplementação de pensão por morte.

Processual civil. Alegação de incompetência do juízo estadual para julgar ação relativa a pensão por morte de plano de previdência privada, sob o pretexto de que seria necessária a intervenção do órgão fiscalizador federal. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário. Preliminar rejeitada.

Processual civil. Alegação de incompetência em razão do lugar. Pretensão de aplicar a regra geral, de que a ação deveria ser ajuizada no domicílio do réu. Existência de norma específica determinando o ajuizamento da ação que exige o cumprimento da obrigação no local onde ela deva ser satisfeita. Aplicação da disposição contida no art. 53, inciso III, alínea “d” do CPC/2017. Preliminar rejeitada.

Civil. Entidade de previdência complementar de caráter fechado. Inaplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor, consoante orientação emanada da súmula 563 do STJ.

Previdência complementar. Pensão por morte. Petros. O cálculo do benefício deve considerar apenas o valor que seria recebido pelo falecido (mantenedor-beneficiário) e não os valores recebidos pela pensionista do INSS, consoante interpretação do art. 31 do Regulamento da Petros. Inaplicabilidade dos artigos 41 e 42, que tratavam dos reajustes. Sentença de procedência do pedido mantida, observando-se apenas a necessidade de ser respeitado o teto regulamentar. Precedentes.

Recurso parcialmente provido.

Nas razões do especial, sustentou a ora agravante, em suma, violação aos arts. 1º; 3º, inciso III; 7º; 18, § 2º; 25 e 33 da Lei Complementar 109/2001 e 6º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, sob o argumento de que, para a apuração do valor do benefício de complementação de pensão por morte, o disposto no art. 31 do regulamento da Petros não pode ser interpretado isoladamente, devendo ser combinado com as regras estabelecidas nos arts. 15, 41 e 43 do mesmo estatuto.

Assim delimitada a questão, anoto, inicialmente, que o acórdão recorrido foi depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, nos termos do Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Verifico que, no caso presente, não se discute a alteração dos índices de reajuste de proventos de complementação de aposentadoria, hipótese que demandaria a prévia formação de fonte de custeio, nos termos da consolidada jurisprudência deste Tribunal, mas a forma a ser adotada para o cálculo do referido benefício, como se observa nas seguintes passagens do voto condutor do acórdão recorrido (fls. 238-240):

O principal ponto de divergência entre as partes é a base de cálculo. Alega a autora que o valor da suplementação não deveria considerar a dedução da pensão paga pelo INSS à viúva, porque tal procedimento seria ilegal.

A Fundação Petros argumenta que o propósito do benefício seria o de complementar, o que justificaria observar o valor que vem sendo pago pelo INSS, de modo que, quanto menor o benefício pago pelo INSS, maior seria a complementação.

Ocorre que o Regulamento Básico da própria Petros (fls. 18/34) disciplina o modo como a pensão deve ser calculada. Eis a redação do art. 32 (fl. 27):

“Art. 32 A suplementação de pensão será constituída de uma parcela familiar igual a 50% do valor de suplementação de aposentadoria que Mantedor-Beneficiário percebia, ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, fosse aposentado por invalidez e mais tantas parcelas iguais, cada uma a 10% (dez por cento) do valor da mesma suplementação de aposentadoria, quantos forem os Beneficiários, até o máximo de 5 (cinco).” [destaques nossos] O artigo indica precisamente

a base de cálculo: “o valor de suplementação de aposentadoria que Mantedor-Beneficiário percebia”.

A autora comprovou o valor que o beneficiário recebia: R\$ 14.147,44 (fl. 15).

Considerando que a viúva era a única dependente, o percentual a ser aplicado é o de 60% sobre tal valor, o que resulta em R\$ 8.488,46, exatamente aquele indicado pela autora na exordial (fl. 5).

Apesar disso, a Petros utilizou outro critério que não aquele previsto em seu próprio regulamento para encontrar um valor de R\$ 6.816,18, consoante o documento apresentado pela autora à fl. 48.

Importante ressaltar, a propósito, que tanto o documento de fl. 15 quanto o de fl. 48 não foram especificamente impugnados pela empresa ré, que se restringiu a questionar o critério jurídico que lhe permitiu encontrar valor diverso.

Diante disso, a alteração da conclusão do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório das cláusulas do regulamento do plano de benefício, procedimentos vedados no âmbito do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes, proferidos em casos recentes, que examinaram casos absolutamente idênticos de cálculo de complementação de pensão por morte de beneficiária da Petros:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. 2. ART. 6º, CAPUT, § 1º, DA LINDB. SIMPLES REFERÊNCIA A DISPOSITIVO LEGAL DESACOMPANHADA DA NECESSÁRIA ARGUMENTAÇÃO QUE SUSTENTE A ALEGADA OFENSA À LEI FEDERAL. SÚMULA 284 DO STF. 3. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CUSTEIO. MATÉRIA CARENTE DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 4. FÓRMULA PARA O CÁLCULO DE BENEFÍCIO. CONTROVÉRSIA SOBRE DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO. INTERPRETAÇÃO CONFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. APLICAÇÃO DO ART. 31 DO REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS DA PETROS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 5. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Negativa de prestação jurisdicional. Defesa genérica de violação

do artigo 535, I e II, do CPC/1973. Ausência de especificação concreta sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade. Deficiência da fundamentação do recurso especial. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. Art. 6º, caput, § 1º, da LINDB. A alegação de ofensa à lei federal presume a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, com vistas a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal. Nesse passo, a simples referência a dispositivo legal, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não é suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 284 do STF.

3. Alegação de ausência de custeio. Tema não foi abordado pela Corte originária. Carência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.

4. O Tribunal local asseverou que o cálculo do benefício deve seguir o regramento do art. 31 do Regulamento de Benefícios da PETROS, salientando que os arts. 41 e 42 não se referem à apuração do valor inicial da pensão; mas, sim, aos reajustes de suplementações. Desse modo, o acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do apelo nobre, demanda o reexame de provas, especialmente a reanálise de cláusulas contratuais, situação vedada pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

5. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.025.432/SP, Terceira Turma, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze DJ 15.9.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. CÁLCULOS TIDOS NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA COMO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO REGULAMENTO BÁSICO DO PLANO DE BENEFÍCIOS. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 5/STJ. INOVAÇÃO NAS RAZÕES DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. O v. acórdão recorrido interpretou o artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios administrado pela PETROS, bem como a relação contratual estabelecida entre o participante e o respectivo fundo de pensão, o que não pode ser revisto em sede de recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial pelo óbice da Súmula 5/STJ.

2. Não há como acolher a alegação de violação ao artigo 23 do Decreto nº 81.240/78, pois se trata de questão não cogitada por ocasião da interposição do recurso especial, sendo vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no Ag 1.229.632/SP, Quarta Turma, Relator Ministro Raul Araújo, DJ 5.8.2011)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora